



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Fax: 3773-1183 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas-rs.com.br E-mail: prefeitura@pocodasantas-rs.com.br

LEI N° 1.711 /2014, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

***Autoriza a proceder à concessão de uso de imóvel
a Konffini Moveis Ltda. e da outras providencias.***

O PREFEITO MUNICIPAL DE POÇO DAS ANTAS, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à concessão de uso de parte de pavilhão industrial (frente), situado à Av. Poço das Antas, nº 333, Centro, Poço das Antas, à empresa Konffini Moveis Ltda., CNPJ: 19.392.685/0001-97, para instalação de indústria que atua na área de fabricação de móveis com predominância de madeira.

Art. 2º A concessão de uso do imóvel será sem ônus, pelo período de um ano, prorrogável por igual período e estará condicionada ao contrato a ser firmado, pelo prazo e critérios estabelecidos na Lei de incentivos nº 1.288, de 13 de fevereiro de 2009, conforme termo de concessão de uso em anexo, parte integrante da Lei.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito – Poço das Antas, 24 de março de 2014.

GLICÉRIO IVO JUNGES
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

HIDELBRANO LABRES MACHADO
Secretário Municipal Administração



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas
CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Fax: 3773-1183 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas-rs.com.br E-mail: prefeitura@pocodasantas-rs.com.br

TERMO DE CONCESSÃO DE USO N°/2014

O **MUNICÍPIO DE POÇO DAS ANTAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n° 91.693.333.0001/07, com Sede Administrativa localizada à Avenida São Pedro, 1213, em Poço das Antas/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glicério Ivo Junges, brasileiro, casado, domiciliado na Avenida Independência, 1042, Bairro Centro, município de Poço das Antas/RS, inscrito no CPF sob o n° 209.778.590-53, portador da Carteira de Identidade n° 1014958126, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado a Empresa **KONFFINI MÓVEIS LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 19.392.685/0001-97, sito na Av. Poço das Antas, 333, Bairro Centro, município de Poço das Antas/RS, CEP 95.740-000, telefone n° (...), neste ato representada pelo (a) Sr. (a),,,, residente e domiciliado (a) na,, Bairro, município de/....., inscrito (a) no CPF sob n°, portador (a) da Carteira de Identidade n°, doravante denominada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, com amparo na Lei n° 8.666/93, celebram o presente **TERMO DE CONCESSÃO DE USO N°/2014**, com base na Lei n°, de de de 2014, assim como em conformidade com as condições da Lei Municipal e termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

DO OBJETO

Cláusula Primeira - Constitui objeto deste contrato a outorga, pelo Município, da concessão de uso, para fins de fabricação de móveis com predominância de madeira, serrarias com desdobramento de madeira, fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira e comércio varejista de materiais de construção em geral, do seguinte bem municipal, localizado na Av. Poço das Antas, 333, Bairro Centro, conforme descrito abaixo, não podendo a **CONCESSIONÁRIA** alugá-lo, emprestá-lo, ou, de qualquer forma, cedê-lo a terceiros, sob pena de retomada do imóvel sem qualquer aviso prévio:

Descrição:

O **MUNICÍPIO** outorga à **CONCESSIONÁRIA** utilizar parte de um Prédio Industrial com acesso na Av. Poço das Antas, 333, Bairro Centro, perfazendo um total de 776,75 m², para o regular funcionamento de uma indústria de fabricação de móveis com de madeira, de acordo com a Lei Municipal de fomento às atividades econômicas no Município, devidamente autorizada pela Lei Municipal n° 1.288, de 13 fevereiro de 2009.

Cláusula Segunda - A concessão de uso do bem, outorgada pelo **MUNICÍPIO**, será a título gratuito, conforme **Leis Municipais n° 1.288, de 13 de fevereiro de 2009 e Lei n°, de de**



..... de 2014, salvo os gastos necessários, à manutenção das instalações e conservação do móvel de acordo com as exigências do Município.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Terceira - São obrigações do MUNICÍPIO:

c) O Município responsabilizar-se-á pela outorga da concessão de uso do bem descrito na Cláusula Primeira, à CONCESSIONÁRIA, de forma gratuita, para fins de indústria de fabricação de móveis com predominância em madeira, conforme previsto nos artigos e da Lei Municipal n°, de de de 2014.

d) Exercer a fiscalização sobre o uso do bem objeto deste contrato;

Cláusula Quarta - São obrigações da CONCESSIONÁRIA:

l) Observar, rigorosamente, as finalidades para as quais lhe foi outorgada a concessão de uso;

m) Sujeitar-se à fiscalização do Município;

n) Zelar pela manutenção e conservação do bem concedido, inclusive dos acessórios que o acompanham fazendo as suas expensas quaisquer obras ou reparos visando à conservação do bem;

o) Manter em operação procedimentos que impeçam danos e/ou degradação ao meio ambiente;

p) Arcar com as despesas de consumo de água, energia elétrica, internet e telefone, bem como quaisquer tarifas públicas;

q) Devolver o bem, com seus acessórios, ao final do prazo, ou por motivo de rescisão do presente contrato, nas mesmas condições em que foram recebidos;

r) Efetuar a limpeza e a manutenção da área e do imóvel concedido e de seus acessos;

s) Manter-se, durante o período da concessão, em compatibilidade com todas as condições da Lei Municipal n.º 1.288, de 13 de fevereiro de 2009, bem como as obrigações ora assumidas;

t) Manter em seu quadro de funcionários registrados o número mínimo de (.....) funcionários, número este o qual deverá ser elevado até para (.....) funcionários devidamente registrados para poder a CONCESSIONÁRIA continuar a fazer jus ao benefício ora concedido;

u) O faturamento mensal deverá atingir no mínimo R\$ (.....) no primeiro ano, devendo ser elevado para o faturamento mensal de R\$ (.....) após

v) Apresentar a cada 90 (noventa) dias os documentos abaixo descritos em nome da empresa CONCESSIONÁRIA:

- Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal;



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Fax: 3773-1183 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas-rs.com.br E-mail: prefeitura@pocodasantas-rs.com.br

- Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- Certidão de Regularidade Municipal;
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão de Regularidade do INSS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Apresentação de cópia das guias quitadas de recolhimento do INSS e FGTS.

DAS BENFEITORIAS

Cláusula Quinta - A CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, deverá requerer autorização prévia e por escrito para executar obras no imóvel cedido visando às alterações ou benfeitorias necessárias à execução de seus serviços.

Parágrafo Primeiro - Todos os melhoramentos e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel objeto desta concessão, serão incorporados ao Patrimônio Público Municipal, sem direito à indenização.

Parágrafo Segundo - Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes e lustres, poderão ser retiradas pela CONCESSIONÁRIA, ao termo do contrato, sem prejuízo das obrigações de restituição do imóvel nas condições em que foi recebido.

DO PRAZO

Cláusula Sexta - O prazo para concessão de uso do imóvel acima descrito é de 12 (doze) meses, a contar data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, deste que atendidas as exigências do presente Termo de Concessão de Uso e principalmente a Cláusula Quarta, até o limite legal, conforme art. 4º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.288, de 13 de fevereiro de 2009.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

Cláusula Sétima - São causas de rescisão contratual:

c) O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, no caso de descumprimento pela outra das obrigações aqui estabelecidas, quando deverá a parte que der causa ser notificada extrajudicialmente a desocupar o imóvel no prazo de 30 dias sob pena de despejo compulsório.

d) O MUNICÍPIO poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Único - Da decisão que determinar a rescisão do presente contrato, unilateralmente pelo MUNICÍPIO, caberá recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação administrativa, em primeira e única instância.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Fax: 3773-1183 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas-rs.com.br E-mail: prefeitura@pocodasantas-rs.com.br

Cláusula Oitava – A CONCESSIONÁRIA ficará responsável, civilmente por qualquer dano que seus representantes legais ou empregados venham a causar ao Município ou a terceiros, no desempenho de suas atividades.

DA RESPONSABILIDADE CIVIL, DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E COMERCIAIS

Cláusula Nona - A CONCESSIONÁRIA ficará responsável pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

DO FORO

Cláusula Décima – Eventuais litígios, resultantes da aplicação das disposições deste contrato, serão dirimidos perante o Foro da Comarca de Teutônia/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Décima Primeira – Todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel concedido, bem com os tributos municipais, estaduais e federais incidentes, correrão por conta da CONCESSIONÁRIA.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, lido e achado conforme, é assinado pelas partes na presença de duas testemunhas, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

Poço das Antas, de de 2014.

Glicério Ivo Junges,
PREFEITO MUNICIPAL.

.....
.....



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Fax: 3773-1183 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas-rs.com.br E-mail: prefeitura@pocodasantas-rs.com.br

Analisei e aprovei o presente instrumento contratual nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**André Ludwig -
Assessor Jurídico,
OAB/RS nº 43.622.**

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____